



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÉM – SP.
CONCURSO PÚBLICO 001/2012**

Dia 29-04-12 - 13h00min

Assistente Técnico Jurídico

NÃO ABRA ESTE CADERNO DE PROVAS ANTES DA AUTORIZAÇÃO DO FISCAL DE SALA

ATENÇÃO

- Este caderno de provas contém 40 questões de múltipla escolha.
- Para cada questão existe apenas uma resposta correta.
- Leia atentamente a questão no caderno e escolha a alternativa que julgar correta.
- Ao receber a folha de resposta você deve:
 - a) conferir seu nome;
 - b) ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas;
 - c) assinar a folha de resposta, no espaço reservado com caneta esferográfica azul ou preta;
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - a) qualquer tipo de comunicação entre os examinandos;
 - b) levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal da sala;
 - c) portar qualquer tipo de aparelhos eletrônicos, bem como qualquer tipo de chapelaria;
- Não será permitida a troca da folha de resposta por erro do examinando.
- Reserve os últimos quinze minutos finais para marcar sua folha de resposta.
- Para fins de avaliação, serão consideradas apenas as marcações realizadas na folha de resposta;
- Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- O tempo de duração da prova será de 2 (duas) horas, já incluído o tempo para a marcação da folha de resposta.
- O tempo mínimo de permanência na sala é de 30 (trinta) minutos.
- Os dois últimos examinandos só poderão sair juntos, após entregarem ao fiscal os documentos que serão utilizados na correção das provas e de assinarem o lacre de fechamento.
- Faça a sua prova em silêncio, para que todos façam também.

Boa prova.

Nome: _____

Assinatura: _____ Data: ____ / ____ / ____

PORTUGUÊS

01. No seguinte trecho da obra de Rubem Braga: “**Bebo silenciosamente a essas imagens da morte e da vida**”.

Percebemos o emprego de uma Figura de Pensamento denominada:

- a.() Metáfora
- b.() Antítese
- c.() Comparação
- d.() Eufemismo

02. Observe os seguintes pronomes em destaque:

I. O resultado do exame agradou-**lhe**.

II. Não quero-**lhe** mostrar minha dor.

Pode-se afirmar que a colocação dos pronomes:

- a.() Está correta apenas no período do item I.
- b.() Está correta apenas no período do item II.
- c.() Está incorreta nos períodos dos itens I e II.
- d.() Está correta nos períodos dos itens I e II.

03. Considerando as seguintes orações:

I. Catarina queria muito o prêmio.

II. Catarina queria muito ao namorado.

Pode-se afirmar de acordo com a norma culta da regência verbal que:

- a.() A oração do item I está incorreta, pois o verbo querer é sempre transitivo indireto.
- b.() A oração do item II está incorreta, pois o verbo querer é sempre transitivo direto.
- c.() Ambas estão corretas, pois o verbo querer admite as duas regências.
- d.() Ambas estão incorretas, pois o verbo querer não admite as duas regências.

04. Na oração: “O atacante não **visou** o ângulo do gol”. De acordo com a predicação o verbo em destaque classifica-se como:

- a.() verbo intransitivo
- b.() verbo transitivo direto e indireto
- c.() verbo transitivo indireto
- d.() verbo transitivo direto

05. Coloque na lacuna a preposição exigida pelo nome em destaque: “O povo nordestino tem grande **devoção** Padre Cícero”.

- a.() em
- b.() a
- c.() de
- d.() com

06. Indique a alternativa que completa corretamente a lacuna do seguinte período: “Toda a verdade dos fatos, ainda hoje”.

- a.() será apurada
- b.() será apurado
- c.() serão apuradas
- d.() serão apurados

07. Observe atentamente os períodos em cada uma das alternativas abaixo e indique aquele em que a concordância verbal está correta, de acordo com a norma culta:

- a.() Já é seis horas da tarde?
- b.() Três metros desse tecido são pouco.
- c.() Da pousada à praia é dois quarteirões.
- d.() Sou eu que primeiro falo.

08. Leia o seguinte fragmento de texto da obra de Guimarães Rosa:

“O Major Saulo, de botas e esporas, corpulento, quase um obeso, de olhos verdes, misterioso, que só com o olhar mandava um boi bravo se ir de castigo, e que ria, sempre ria – riso grosso, quando irado; riso fino, quando alegre; e riso mudo, de normal”.

No fragmento de texto podemos observar características de um texto predominantemente:

- a.() Dissertativo
- b.() Descritivo
- c.() Narrativo em primeira pessoa
- d.() Narrativo em terceira pessoa

09. “A alegria é maior **quando nossos amigos chegam**”. A oração em destaque classifica-se como uma oração subordinada adverbial:

- a.() final
- b.() condicional
- c.() temporal
- d.() causal

10. “Apenas bastava **que você telefonasse ontem**”. A oração em destaque classifica-se como uma oração subordinada substantiva:

- a.() subjetiva
- b.() objetiva direta
- c.() completiva nominal
- d.() predicativa

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. O Tribunal Superior Eleitoral, pela sua Terceira Turma, em recente julgado, adotou o entendimento de que a ruptura do contrato de trabalho, por força do falecimento do empregado, não está prevista nas hipóteses relacionadas no art. 477 da CLT para ensejar multa. Neste sentido, assinale a alternativa incorreta:

- a) É assegurado a todo empregado, não existindo prazo estipulado para a terminação do respectivo contrato, e quando não haja ele dado motivo para cessação das relações de trabalho, o direito de haver do empregador uma indenização, paga na base da maior remuneração que tenha percebido na mesma empresa.
- b) O empregador que não fizer o pagamento a que alude o parágrafo 8º, art. 477 da CLT no prazo correto, estará sujeito a multa administrativa, mesmo nos casos em que o trabalhador der causa à mora.
- c) O empregador deverá pagar as verbas rescisórias até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato por prazo determinado;
- d) O empregador deverá pagar até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento.

12. Sobre a estabilidade de servidor público assinale a alternativa incorreta:

- a) O TST concede ao servidor público celetista da administração direta, autárquica ou fundacional a estabilidade prevista no art. 41 da Constituição Federal.
- b) Se ocorrer demissão o sem avaliação especial de desempenho, como previsto na Constituição, o servidor tem direito à reintegração, pois o próprio princípio da moralidade contido no artigo 37, caput, associado à obrigação do administrador público de motivar seus atos, exige a avaliação do empregado público antes da dispensa por inaptidão para o cargo.
- c) Ao empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, ainda que admitido mediante aprovação em concurso público, é garantida a estabilidade prevista no art. 41 da CF/1988.
- d) A Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho não conheceu de recurso do Município de Barueri (SP) contra decisão que determinou a reintegração de servidora celetista dispensada no curso do estágio probatório, sem correta avaliação de desempenho.

13. Dispõe a CLT a vedação ao empregador de efetuar anotações desabonadoras à conduta do empregado em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), consoante redação do art. 29, parágrafo 4º. Neste diapasão, assinale a alternativa incorreta:

- a) É lícita a anotação na CTPS a anotação de falta justificada com atestado médico.
- b) É ilícita a anotação na CTPS a anotação de falta que o registro é feito em razão de decisão judicial.
- c) Anotação desabonadora além de ser reconhecida como o ato empresarial constitutivo de prática abusiva e discriminatória, enseja a reparação em danos morais.
- d) É lícita a anotação na CTPS a anotação de férias gozadas.

14. Sobre a jornada de trabalho, assinale a alternativa incorreta:

- a) O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, o empregador fornecer a condução.
- b) Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.
- c) Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.
- d) Ocorrendo necessidade imperiosa, poderá a duração do trabalho exceder do limite legal ou convencionado, seja para fazer face a motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto.

15. Considere as assertivas abaixo a respeito da jornada de trabalho segundo a Consolidação das Leis do Trabalho.

I - Em regra, o tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, será computado na jornada de trabalho.

II - A limitação legal da jornada suplementar a duas horas diárias não exime o empregador de pagar todas as horas trabalhadas.

III - Os chefes de departamento não possuem direito ao pagamento de horas extras, uma vez que se equiparam aos gerentes.

IV - Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.

Assinale a alternativa que contenha apenas as proposições corretas:

- a-) I, II e IV.
- b-) II, III e IV.
- c-) I e IV.
- d-) II e III.

16. Verifique a frase: “As _____ e as _____ são entidades sindicais de grau superior legalmente reconhecidas pela CLT”. Assinale a alternativa que preenche adequadamente as lacunas do texto:

- a) Confederações e associações nacionais;
- b) Sindicatos nacionais e federações;
- c) Federações e confederações;
- d) Sindicatos nacionais e centrais sindicais regionais.

17. Para Tourinho Filho, nulidade “é a sanção decretada pelo órgão Jurisdicional, em relação a ato praticado com a inobservância das prescrições legais. É a decretação da ineficácia do ato atípico, imperfeito, defeituoso (*Processo Penal, Saraiva, SP, 1990, vol. II, p. 117*). Assinale a alternativa que contenha vícios passíveis de tornar nulo dado ato administrativo:

- a) A ilegalidade do objeto, em que a matéria de direito em que se fundamenta o ato é inexistente.
- b) O vício de forma, que ocorre quando o resultado do ato importa em violação de lei.
- c) incompetência, caracterizada quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que a praticou.
- d) A inexistência dos motivos, quando o agente pratica o ato visando a objetivo diverso do previsto nas regras de competência.

18. Segundo a Constituição Federal e sua moderna compreensão pelo Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa falsa no que tange a revogação e da invalidade dos atos administrativos:

- a) O ato administrativo pode ser invalidado sempre que a matéria de fato ou de direito em que se fundamentar o ato for materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido.
- b) Os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria administração em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiro.
- c) Os atos administrativos vinculados podem ser revogados a partir de critério de oportunidade e de conveniência.
- d) A administração deve anular seus próprios atos quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

19. Hely Lopes Meirelles considera a perfeição, validade e eficácia do ato administrativo como campos interdependentes, todavia, parte da doutrina dissente considerando-os campos autônomos. Sobre os atos administrativos, assinale a alternativa incorreta:

- a) A presunção de legitimidade dos atos legislativos não impede que o cidadão possa opor-se aos mesmos.
- b) Os atos administrativos só são dotados de auto-executoriedade nas hipóteses previstas expressamente em lei.
- c) A motivação de um ato administrativo deve contemplar a exposição dos motivos de fato e de direito, ou seja, a regra de direito habilitante e os fatos em que o agente se estribou para decidir.
- d) Os atos administrativos são dotados de presunção de legitimidade e veracidade, o que significa que há presunção relativa de que foram emitidos com observância da lei e de que os fatos alegados pela administração são verdadeiros.

20. Leia a seguir sobre o regime jurídico-administrativo.

Celso Antônio Bandeira de Mello assenta que o regime de direito público resulta da caracterização normativa de determinados interesses como pertinentes à sociedade e não aos particulares considerados em sua individuada singularidade. Juridicamente esta caracterização consiste, no Direito Administrativo, segundo nosso modo de ver, na atribuição de uma disciplina normativa peculiar que, fundamentalmente se delineia em função da consagração de dois princípios: a) supremacia do interesse público sobre o privado; b) indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos. (*Curso de Direito Administrativo*, 19. ed. Editora Malheiros. São Paulo, 2005, p. 55). Em vista do exposto e tudo mais que rege a Administração Pública, assinale a alternativa incorreta:

- a) o princípio da indisponibilidade do interesse público é excepcionalizado na esfera das pessoas exclusivamente administrativas;
- b) a exigibilidade do ato administrativo decorre, também, da posição de supremacia da Administração na relação com os particulares;
- c) o princípio da obrigatoriedade do desempenho da atividade pública importa no princípio da continuidade do serviço público;
- d) pela faculdade da autotutela, pode a Administração revogar os seus próprios atos válidos, por manifestação unilateral.

21. Sobre a competência da Administração Pública decorrente do poder hierárquico, assinale a alternativa incorreta:

- a) editar atos regulamentares
- b) aplicar sanções disciplinares
- c) anular atos ilegais praticados por órgãos inferiores
- d) avocar e/ou delegar atribuições.

22. O ato administrativo que não está apto para produzir os seus efeitos jurídicos, porque não completou todas as etapas necessárias para a sua formação, denomina-se:

- a) ato inválido;
- b) ato imperfeito;
- c) ato composto;
- d) ato consumado.

23. Assinale a alternativa correta. A Constituição Federal determina que relativamente à nacionalidade:

- a) são privativos de brasileiros nato os cargos de presidente e Vice-Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados e Presidente do Senado Federal, assim como os Ministros do STF e do STJ.
- b) os estrangeiros aqui residentes há mais de 10 (dez) anos ininterruptos, sem condenação penal, podem requerer a cidadania brasileira, tornando-se brasileiros naturalizados.
- c) é considerada brasileiro nato a pessoa nascida na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiro a serviço de seu país.
- d) é brasileiro nato aquele nascido no estrangeiro de pai ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

24. Alexandre de Moraes, leciona que "...a Constituição de 1988 pode ser considerada como super-rígida, uma vez que em regra poderá ser alterada por um processo legislativo diferenciado, mas, excepcionalmente, em alguns pontos é imutável (CF: art. 60, §4º-cláusulas pétreas)" (*Direito Constitucional*, 15a Ed, p. 41). Para que se altere a Constituição na sua parte rígida, é necessário que:

- a) Haja proposta de emenda por, no mínimo, metade dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- b) A proposta de emenda seja discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos.
- c) A proposta de emenda seja aprovada se obtiver, em pelo menos um das casas, três quintos dos votos.

d) A emenda seja promulgada pelo Senado Federal, que detém competência privativa para tanto.

25. De acordo com a Constituição Federal, a que órgão do Poder judiciário compete o julgamento de recurso extraordinário contra um acórdão que julgou válida lei local contestada em face de lei federal, decidindo em última instância por um Tribunal de Justiça Estadual?

- a) Supremo Tribunal Federal
- b) Tribunal Regional Federal
- c) Superior Tribunal Federal
- d) Turma Recursal Federal.

26. Sobre o atraso no pagamento de precatórios em cotejo com recente compreensão do Supremo Tribunal Federal (Intervenção Federal - IFs 5101, 5105, 5106 e 5114), assinale a alternativa incorreta:

- a) Dificuldades financeiras enfrentadas pela administração pública podem impedir, temporariamente, a quitação imediata da totalidade das suas dívidas, não se configurando, em tese, intenção estatal de se esquivar ao pagamento dos débitos decorrentes de precatórios judiciais.
- b) Enquanto o Estado se mantiver diligente na busca de soluções para o cumprimento integral dos precatórios judiciais, não estarão presentes os pressupostos para a intervenção federal.
- c) O Estado que demonstre total comprometimento com a satisfação dos débitos oriundos de decisões judiciais em razão do nítido incremento da disponibilidade de receitas públicas para o pagamento de precatórios, mesmo que atrase a quitação de precatórios, está ilegitimamente descumprindo decisão judicial, atitude esta que não encontra amparo na Constituição Federal.
- d) O artigo 35, I da Constituição Federal prevê a intervenção do Estado nos Municípios, quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.

27. Deve ser celebrado contrato administrativo na hipótese de:

- a) Autorização de uso de bem público
- b) Concessão de uso de bem público
- c) Realização de espetáculo em local público
- d) Expedição de alvará

28. Sobre aos contratos administrativos, é certo afirmar que

- a) É vedado o contrato com prazo de duração indeterminado
- b) A nulidade exonera a administração do dever de indenizar o contratante pelo que este houver executado.
- c) A celebração de contrato verbal é vedada pela lei, sendo nula e não produzindo efeitos.
- a) A declaração de nulidade do contrato não opera retroativamente para desconstituir os efeitos jurídicos já produzidos.

29. Sobre a participação do Tribunal de Contas nas licitações e contratos públicos, é incorreto afirmar:

- a) Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, devendo ser obrigatoriamente encaminhada cópia integral do ao Tribunal de Contas competente.
- b) O controle das despesas decorrentes dos contratos e demais instrumentos previstos na Lei n. 8.666/93 será feito pelo Tribunal de Contas competente, na forma da legislação pertinente, ficando os órgãos interessados da Administração responsáveis pela demonstração da legalidade e regularidade da despesa e execução, nos termos da Constituição e sem prejuízo do sistema de controle interno nela previsto.
- c) Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar ao Tribunal de Contas ou aos órgãos integrantes do sistema de controle interno contra irregularidades na aplicação da Lei n. 8.666/93, visando o controle conquanto a legalidade e regularidade da despesa e execução.
- d) Os Tribunais de Contas e os órgãos integrantes do sistema de controle interno poderão solicitar para exame, até o dia útil imediatamente anterior à data de recebimento das propostas, cópia de edital de licitação já publicado, obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração interessada à adoção de medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas.

30. É de competência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, exceto:

- a) decidir sobre denúncia que lhe seja encaminhada por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato;
- b) comunicar à Assembléia Legislativa ou à Câmara Municipal competente qualquer irregularidade verificada nas contas ou na gestão públicas, enviando-lhe cópia dos respectivos documentos;

- c) julgar convênios, aplicação de auxílios, subvenções ou contribuições concedidos pelo Estado e pelos Municípios a entidades particulares de caráter assistencial ou que exerçam atividades de relevante interesse público;
- d) julgar a prestação anual de contas da administração financeira dos Municípios, excetuada a do Município de São Paulo.

31. A responsabilidade civil da Administração Pública acarreta a:

- a) responsabilidade subsidiária do ente estatal, bem como das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.
- b) responsabilidade integral e da pessoa jurídica de direito público salvo se a vítima não conseguir provas a culpa do agente público.
- c) responsabilidade objetiva das pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- d) corresponsabilidade imediata do agente público, sempre vinculada à existência de culpa pelos danos que causar a terceiros no exercício de suas funções.

32. O processo pelo qual um bem público de uso comum passa a classificar-se como bem dominical denomina-se:

- a) desapropriação
- b) retrocessão
- c) desafetação
- d) tombamento

33. Segundo o § 5º do art. 165 da Constituição Federal, a Lei Orçamentária Anual compreenderá:

- a) O orçamento fiscal, o plano plurianual e as diretrizes orçamentárias.
- b) O orçamento fiscal, o orçamento de investimento e o orçamento-programa.
- c) O orçamento fiscal, o orçamento de investimento.
- d) O orçamento fiscal, o orçamento de investimento e o orçamento da seguridade social.

34. Assinale a assertiva incorreta sobre a sujeição passiva no direito tributário:

- a) O sujeito passivo é denominado responsável quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o fato gerador.
- b) O sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada às prestações que constituam o seu objeto.
- c) As pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal são solidariamente obrigadas.
- d) O sujeito passivo da obrigação principal é qualquer pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

35. A generalidade, inexistência de contraprestação correspondente à exigência e destinação do seu produto para as atividades todas da Administração são características de:

- a) taxas;
- b) tributos;
- c) impostos;
- d) contribuição de melhoria.

36. É princípio da ordem econômica constitucional, previsto no artigo 170, exceto:

- a) Livre concorrência.
- b) Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte, que tenham sua sede e administração no país.
- c) Redução das desigualdades regionais e sociais
- d) Capacidade contributiva.

37. Sobre os crimes de responsabilidade atribuíveis aos Prefeitos, assinale a alternativa incorreta:

- a) Todos os crimes definidos nessa lei são dolosos e só podem ser puníveis quando haja a intenção deliberada para o resultado ilícito ou quando haja assunção do risco de produzi-lo.
- b) Os crimes de responsabilidade são julgados pelo juízo estadual de primeira instância.
- c) A perda do cargo é pena acessória, sem qualquer conotação política.
- d) O sujeito passivo dos crimes de responsabilidade é o ente público lesado.

38. O Decreto-lei estabelece como crime de responsabilidade dos prefeitos diversas condutas prescritas no Decreto-lei 201/67. Neste sentido, assinale a alternativa falsa:

- a) O tipo acima elencado admite a culpa por presunção de tal forma que não a alta probabilidade de cometimento da infração para seu enquadramento e eventual aplicação de sanção.
- b) É inconstitucional que Estado da Federação defina em sua Constituição do Estado outros tipos de crime de responsabilidade.
- c) Prefeito e procurador jurídico que dispensam licitação na compra de um caminhão e simulam a aquisição desse mesmo veículo por meio de nota fiscal falsificada cometem crime de responsabilidade por de desvio de rendas públicas em proveito próprio ou alheio.
- d) Para caracterizar o delito previsto no Decreto-Lei 201/67 de deixar de cumprir ordem judicial, sem dar o motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente é necessário que, além do descumprimento da ordem judicial, não se apresente motivo que justifique recusa ou impossibilidade de cumprimento da decisão.

39. Sobre as hipóteses éticas abaixo expostas, assinale a única alternativa incorreta:

- a) O anúncio de serviços advocatícios só pode ser veiculado em jornais e revistas, deve mencionar o nome completo do advogado, número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, podendo fazer referências a títulos ou qualificações profissionais, especialidades advocatícias, endereço da sede do escritório e dos correspondentes, horário do expediente e meios de comunicação, vedada sua veiculação pelo rádio e televisão.
- b) Quando convidado para manifestação pública, por qualquer modo ou forma, visando esclarecimento de tema jurídico de interesse geral, deve o advogado evitar insinuações à promoção pessoal ou profissional, bem como o debate de caráter sensacionalista ou atentatório da ordem legal e da paz social.
- c) A publicidade e atividade advocatícia de magistrado aposentado, demitido ou exonerado, ou ainda de quem tenha exercido outro cargo ou função pública, pode mencionar, direta ou indiretamente, o fato dos antecedentes funcionais, por não se incluírem entre os chamados títulos e especialidades profissionais.
- d) A divulgação pública pelo advogado de assuntos técnicos ou jurídicos de que tenha ciência, em razão do exercício profissional, como advogado constituído, assessor jurídico ou parecerista, deve limitar-se a aspectos que não quebrem ou violem o segredo ou o sigilo profissional.

40. Assinale a alternativa correta no que se refere ao exercício da advocacia:

- a) Todos os membros dos Poderes Legislativo e Judiciário exercem atividade incompatível com a advocacia.
- b) O advogado que passar a sofrer de doença mental incurável deve licenciar-se por prazo indeterminado.
- c) O advogado que passar a exercer, em caráter definitivo, atividade incompatível com a advocacia terá sua inscrição suspensa até desincompatibilizar-se.
- d) O advogado é responsável pelos atos que, no exercício profissional, praticar com dolo ou culpa, respondendo ilimitadamente pelos danos causados aos clientes em decorrência da ação ou omissão.